Notícias do dia 26 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO
Estado amplia despesas com a folha de pessoal . . . 3

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
Gasto do estado com folha salarial aumenta . . . 5

SEAC - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Estado amplia despesas com a folha de pessoal . . . 6

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Assembleia Legislativa participa do 7º Seminário Goiano de Ouvidorias na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás . . . 7

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Assembleia Legislativa participa do 7º Seminário Goiano de Ouvidorias na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás . . . 9

JUCEG - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS
TCE - GO
26/10 - Juceg participa do VII Seminário Goiano de Ouvidorias . . . 11

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Sindicato dos Jornalistas de Goiás promove encontro de assessores de imprensa . . . 12

Estado amplia despesas com a folha de pessoal

Karla Araújo karla.araujótcòopopular.com.br

O estado de **Goiás** tem registrado aumento no porcentual de gasto com folha de pagamento em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). O Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do 2® quadrimestre de 2023 mostra que a despesa com pessoal do Executivo atingiu43.86% (resultado referente ao acumulado de 12 meses até agosto). Em 2022, o porcentual apurado no mesmo período foi de 37,39% - uma elevação de 6,47 pontos porcentuais na RCL.

O secretário estadual da Administração, Francisco Sérvulo Nogueira, argumenta que o quadro é resultado da queda de receitas - principalmente de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - e aumento de obrigações relacionadas aos servidores públicos. De acordo com a I jei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para os estados, o limite de alerta para gasto com pessoal é de 44,1%.

Nogueira explica que o porcentual do primeiro quadrimestre de 2023 (até abril) foi de 41,12%, quando se verificou impacto da queda de arrecadação de ICMS. A limitação da cobrança do imposto foi decisão do governo federal e tem sido usada com frequência pelo estado de **Goiás** e de outros entes para justificar dificuldades financeiras. O acordo com a União proporcionou que **Goiás** receba R$ 1,5 bilhão em compensação até 2025, mas o montante é visto como insuficiente.

O auxiliar também menciona o impacto da retirada das contribuições dos servidores ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) da RCL. Isso ocorreu quando a autarquia foi transformada em sociedade de serviço autônomo (SSA), no primeiro semestre de 2023. A mudança relacionada à RCL foi uma recomendação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), mas a alteração na natureza do instituto foi uma decisão do governo.

"Quando eu comparo o ano de 2022, que contém o Ipasgo no orçamento do estado, com 2023, que retira, já há uma perda de R$ 2,2 bilhões da Receita Corrente Líquida", afirmou o secretário da Administração.

Nogueira também destaca que o cenário de avanço do porcentual de gasto com folha é realidade em outros estados. Reportagem do Valor Econômico publicada no último fim de semana mostrou que oito estados registraram despesa acima do limite prudencial estabelecido pela LRF. Entre eles estão Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Minas Gerais.

AUMENTO

Segundo o titular da Sead, entre os motivos para o aumento do porcentual em **Goiás** está o pagamento de promoções e progressões, que os servidores devem receber à medida que avançam em suas carreiras. O secretário menciona ainda outros impactos obrigatórios, como o efeito do aumento anual do salário mínimo, reajuste do piso do ma gistério e pagamento da database. Nogueira também lembra o efeito cascata provocado pelo aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Neste contexto, há preocupação se o estado conseguirá cumprir o teto de gastos em 2023.0 limite imposto pela Lei Complementar (LC) nQ 156 se aplica a despesas correntes, como pessoal e custeio.

O POPULAR mostrou em setembro que o governo de **Goiás** já havia empenhado R$ 26,5 bilhões para um teto de R$ 28,9 bilhões. A sobra de R$ 2,4 bilhões seria insuficiente para pagar as despesas com pessoal até o fim do ano. A reportagem pediu os dados atualizados a secretaria da **Economia**, mas não houve retomo até o fechamento desta edição.

Para diminuir os gastos, o estado determinou a suspensão de novos empenhos. Ao POPULAR, a titular da **Economia**, Selene Peres, chegou a afirmar que o estado avaliava a possibilidade de deixar despesas de 2023 para 2024. Questionado sobre medidas para evitar o avanço da folha, Nogueira afirmou que o estado está sendo "rigoroso em não expandir as despesas".

"Mas, obviamente, tem situações em que você tem que tomar uma decisão entre aquilo que é aumento da despesa, que agente sabe que provoca,e aquilo que você tem que fazer para que a máquina pública comece a acontecer", afirmou o secretário da Administração.

O POPULAR também mostrou, na semana passada,

Site: https://opopular.com.br/digital/26-outubro-2023/1o-caderno

que o governador **Ronaldo Caiado** (UB) criou por decreto e sem apontar o impacto, 62 cargos de segundo e terceiro escalões em cinco secretarias da gestão estadual. com salários que variam de R$2,2 mil a R$26,3 mil.

Economista e professor da Universidade Estadual de **Goiás**, Eduardo Borges aponta que a maior pressão na folha está no pagamento de gratificações e altos salários para parcela menor de servidores. Borges avalia que, apesar de o estado ter registrado queda de receita, há expectativa de trajetória de aumento.

Com o objetivo de furar o teto de gastos sem sofrer penalidades, o estado foi ao STF para pedir liminar sobre o assunto. A permissão foi negada pelo ministro Gilmar Mendes, mas ainda precisa ser analisada no plenário virtual do Supremo. Ainda há expectativa no estado sobre a decisão.

DADOS O Relatório de Gestão Fiscal é elaborado pelos Poderes e órgãos autônomos, e enviado à STN. Para a elaboração do documento, a secretaria extraiu os dados no dia 9 de outubro, entre 14 h e 14h30. A data estabelecida pela LRF para o envio das informações do 2Q quadrimestre é 30 de setembro de 2023.

Folha de pagamento

Dados da STN mostram avanço da despesa com pessoal do estado de **Goiás** em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)

Regras de despesa com pessoal impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Em geral, para os estados, o limite de gasto com folha de pagamento do Executivo é de 49% da RCL. Em **Goiás**, Bahia e Pará, o limite é de 48,6%. Isso ocorre porque estas são as únicas unidades da federação que têm Tribunal de Contas dos Municípios. A despesa com pessoal da instituição é ligada ao Legislativo, que tem limite de 3,4% da RCL nestes estados (nos demais entes, a regra é de 3%).

"Quando eu comparo o ano de2022, que contém o Ipasgo no orçamento do estado, com 2023, que retira, já há uma perda de RS 2,2 bilhões da Receita Corrente Líquida"

Francisco Sérvulo Nogueira, secretário de estado da Administração

Governador **Ronaldo Caiado** (UB): oito ocorre em meio à criação de 62 cargos de segundo e terceiro escalões

Gasto do estado com folha salarial aumenta

O porcentual de gasto do estado de **Goiás** com folha de pagamento em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) tem registrado aumento. O Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do 2o quadrimestre de 2023 mostra que a despesa com pessoal do Executivo atingiu 43,86% (referente ao acumulado de 12 meses até agosto). Em 2022, o porcentual apurado no mesmo período foi de 37,39%. - uma elevação de 6,47 pontos porcentuais.

O secretário estadual de Administração, Sérvulo Nogueira, argumenta que 0 quadro é resultado da queda de receitas - principalmente de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - e aumento de obrigações relacionadas aos servidores públicos. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para os estados, 0 limite de alerta para gasto com pessoal é de44,l%.

ICMS Nogueira explica que 0 porcentual do primeiro quadrimestre de 2023 (até abril) foi de 41,12%, quando se verificou impacto da queda de arrecadação de ICMS. A limitação da cobrança do imposto foi decisão do governo federal e tem sido usada com frequência por **Goiás** e outros entes para justificar dificuldades financeiras. O acordo com a União proporcionou que **Goiás** receba R$ 1,5 bilhão em compensação até 2025, mas 0 montante é visto como insuficiente.

O auxiliar também menciona 0 impacto da retirada das contribuições dos servidores ao Instituto de Assistência dos Senadores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) da RCL. Isso ocorreu quando a autarquia foi transformada em sociedade de serviço autônomo (SSA), no primeiro semestre de 2023. A mudança relacionada à RCL foi uma recomendação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), mas a alteração na natureza do instituto foi uma decisão do governo.

"Quando eu comparo 0 ano de 2022, que contém 0 Ipasgo no orçamento do estado, com 2023, que retira, já há uma perda de R$ 2,2 bilhões da Receita Corrente Líquida", disse 0 secretário.

Nogueira também destaca que 0 cenário de avanço do porcentual de gasto com folha é realidade em outros estados.

MOTIVOS

Segundo Nogueira, entre os motivos para 0 aumento do porcentual em **Goiás** está 0 pagamento de promoções e progressões, que os servidores devem receber à medida que avançam em suas carreiras. Ele menciona ainda outros impactos obrigatórios, como o efeito do aumento anual do salário mínimo, reajuste do piso do magistério e pagamento da database. Nogueira também lembra 0 efeito cascata provocado pelo aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para diminuir os gastos, 0 estado determinou a suspensão de novos empenhos. A titular da Economia, Selene Peres, chegou a afirmar que o estado avaliava a possibilidade de deixar despesas de 2023 para 2024. Questionado sobre medidas tomadas para evitar 0 avanço da folha, Nogueira afirmou que 0 estado está sendo "rigoroso em não expandir as despesas".

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/26-outubro-2023/daqui-go

Estado amplia despesas com a folha de pessoal

Por O Popular

O estado de **Goiás** tem registrado aumento no porcentual de gasto com folha de pagamento em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). O Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do 2º quadrimestre de 2023 mostra que a despesa com pessoal do Executivo atingiu 43,86% (resultado referente ao acumulado de 12 meses até agosto). Em 2022, o porcentual apurado no mesmo período foi de 37,39% - uma elevação de 6,47 pontos porcentuais.

O secretário estadual da Administração, Francisco Sérvulo Nogueira, argumenta que o quadro é resultado da queda de receitas - principalmente de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - e aumento de obrigações relacionadas aos servidores públicos. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para os estados, o limite de alerta para gasto com pessoal é de 44,1%.

Nogueira explica que o porcentual do primeiro quadrimestre de 2023 (até abril) foi de 41,12%, quando se verificou impacto da queda de arrecadação de ICMS. A limitação da cobrança do imposto foi decisão do governo federal e tem sido usada com frequência pelo estado de **Goiás** e de outros entes para justificar dificuldades financeiras. O acordo com a União proporcionou que **Goiás** receba R$ 1,5 bilhão em compensação até 2025, mas o montante é visto como insuficiente.

O auxiliar também menciona o impacto da retirada das contribuições dos servidores ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) da RCL. Isso ocorreu quando a autarquia foi transformada em sociedade de serviço autônomo (SSA), no primeiro semestre de 2023. A mudança relacionada à RCL foi uma recomendação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), mas a alteração na natureza do instituto foi uma decisão do governo.

"Quando eu comparo o ano de 2022, que contém o Ipasgo no orçamento do estado, com 2023, que retira, já há uma perda de R$ 2,2 bilhões da Receita Corrente Líquida", afirmou o secretário da Administração.

Nogueira também destaca que o cenário de avanço do porcentual de gasto com folha é realidade em outros estados. Reportagem do Valor Econômico publicada no último fim de semana mostrou que oito estados registraram despesa acima do limite prudencial estabelecido pela LRF. Entre eles estão Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Minas Gerais.

Aumento

Segundo o titular da Sead, entre os motivos para o aumento do porcentual em **Goiás** está o pagamento de promoções e progressões, que os servidores devem receber à medida que avançam em suas carreiras. O secretário menciona ainda outros impactos obrigatórios, como o efeito do aumento anual do salário mínimo, reajuste do piso do magistério e pagamento da data-base. Nogueira também lembra o efeito cascata provocado pelo aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Site: https://www.seacgoias.com.br/seac/noticias/1138-estado-amplia-despesas-com-a-folha-de-pessoal/

Assembleia Legislativa participa do 7º Seminário Goiano de Ouvidorias na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) marcou presença no 7° Seminário Goiano de Ouvidorias, realizado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). A Casa foi representada pelo diretor-geral adjunto, Tasso Honorato Júnior, e pela assessora adjunta de Transparência e Acesso à Informação, Angel Jorge Pinto. O evento foi realizado na última quarta-feira, 25, na sede do **TCE**.

No encontro foram discutidas metodologias e detalhadas ações de aprimoramento para gestão das ouvidorias. O seminário foi organizado pelo grupo Ouvidorias em Rede **Goiás**, que é coordenado pela ouvidora do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO), procuradora de Justiça Orlandina Brito Pereira.

"Nossa participação foi muito importante para troca de informações entre os participantes, visando sempre o aperfeiçoamento da transparência, que é uma determinação do presidente da Casa, o deputado Bruno Peixoto (UB)", avaliou Tasso Júnior. O diretor-geral adjunto coordena o Portal de Transparência e a Ouvidoria do Legislativo goiano.

O presidente do **TCE**-GO, Saulo Mesquita, destacou a relevância das ouvidorias como meio de interação entre as instituições e a sociedade. Para ele, o encontro foi uma oportunidade de fomentar o controle social, com foco na transparência e no acesso à informação.

O Ouvidorias em Rede **Goiás** foi criado em 2017 para que as ouvidorias dos órgãos goianos trabalhem de forma compartilhada e divulguem seus serviços, que estão à disposição dos cidadãos para exercerem o seu poder de controle. Na avaliação da procuradora Orlandina Pereira, "o seminário é um aprendizado, porque aqui temos muitas pessoas com grande conhecimento".

Ouvidor do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Fabrício Motta destacou as três funções das ouvidorias: controle social, participação e a transparência. "Essa é uma luta contínua e permanente, um papel essencial de estimular os direitos do cidadão", ressaltou.

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/10/26/assembleia-legislativa-participa-do-7o-seminario-goiano-de-ouvidorias-na-sede-do-tribunal-de-contas-do-estado-de-goias/

Assembleia Legislativa participa do 7º Seminário Goiano de Ouvidorias na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) marcou presença no 7° Seminário Goiano de Ouvidorias, realizado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). A Casa foi representada pelo diretor-geral adjunto, Tasso Honorato Júnior, e pela assessora adjunta de Transparência e Acesso à Informação, Angel Jorge Pinto. O evento foi realizado na última quarta-feira, 25, na sede do **TCE**.

No encontro foram discutidas metodologias e detalhadas ações de aprimoramento para gestão das ouvidorias. O seminário foi organizado pelo grupo Ouvidorias em Rede **Goiás**, que é coordenado pela ouvidora do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO), procuradora de Justiça Orlandina Brito Pereira.

"Nossa participação foi muito importante para troca de informações entre os participantes, visando sempre o aperfeiçoamento da transparência, que é uma determinação do presidente da Casa, o deputado Bruno Peixoto (UB)", avaliou Tasso Júnior. O diretor-geral adjunto coordena o Portal de Transparência e a Ouvidoria do Legislativo goiano.

O presidente do **TCE**-GO, Saulo Mesquita, destacou a relevância das ouvidorias como meio de interação entre as instituições e a sociedade. Para ele, o encontro foi uma oportunidade de fomentar o controle social, com foco na transparência e no acesso à informação.

O Ouvidorias em Rede **Goiás** foi criado em 2017 para que as ouvidorias dos órgãos goianos trabalhem de forma compartilhada e divulguem seus serviços, que estão à disposição dos cidadãos para exercerem o seu poder de controle. Na avaliação da procuradora Orlandina Pereira, "o seminário é um aprendizado, porque aqui temos muitas pessoas com grande conhecimento".

Ouvidor do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Fabrício Motta destacou as três funções das ouvidorias: controle social, participação e a transparência. Essa é uma luta contínua e permanente, um papel essencial de estimular os direitos do cidadão , ressaltou.

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/138616/assembleia-legislativa-participa-do-7-seminario-goiano-de-ouvidorias-na-sede-do-tribunal-de-contas-do-estado-de-goias

26/10 - Juceg participa do VII Seminário Goiano de Ouvidorias

O ouvidor da Juceg, Adriano Modesto de Sousa Guimarães, representou a entidade no VII Seminário Goiano de Ouvidorias, que aconteceu nesta quarta-feira, 25 de Outubro, na sede do **Tribunal de Contas do Estado**, em Goiânia. No evento, os ouvidores estaduais participaram de diversas atividades, com temas como: mediações de conflitos no contexto das ouvidorias, linguagem simples para as respostas as manifestações de ouvidoria, cuidados no tratamento dos usuários com deficiências físicas e mentais entre outros tópicos. Seminários como este, servem para o aprimoramento e melhoria do atendimento aos usuários dos serviços de ouvidorias no Estado.

Junta Comercial de Goiás - Governo de Goiás

Unidade de Comunicação

O ouvidor da Juceg, Adriano Modesto de Sousa Guimarães, representou a entidade no VII Seminário Goiano de Ouvidorias, que aconteceu nesta quarta-feira, 25 de Outubro, na sede do **Tribunal de Contas do Estado**, em Goiânia. No evento, os ouvidores estaduais participaram de diversas atividades, com temas como: mediações de conflitos no contexto das ouvidorias, linguagem simples para as respostas as manifestações de ouvidoria, cuidados no tratamento dos usuários com deficiências físicas e mentais entre outros tópicos. Seminários como este, servem para o aprimoramento e melhoria do atendimento aos usuários dos serviços de ouvidorias no Estado.

Junta Comercial de Goiás - Governo de Goiás

Unidade de Comunicação

Site: https://www.juceg.go.gov.br/noticias/26-10-juceg-participa-do-vii-seminário-goiano-de-ouvidorias.html

Sindicato dos Jornalistas de Goiás promove encontro de assessores de imprensa

Da Redação

O Sindicato dos Jornalistas de **Goiás** realiza, neste sábado (28), o 7º Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (EEJAI). O evento tem abertura às 8h30, no Auditório da Casa da Indústria, em **Goiânia**, e segue durante todo o dia.

Nesta edição, o tema é "Assessoria de Imprensa e os desafios da atualidade". Interessados podem se inscrever pelo site https://www.even3.com.br/7eejaigo/ . O valor da inscrição varia de R$ 30 a R$ 75, dependendo da categoria e do lote.

Destaca-se, o EEJAI visa fortalecer o jornalismo e a atuação do jornalista profissional que atua em assessoria de imprensa em **Goiás** e no Brasil, com o debate no papel deste trabalhador junto à sociedade. Além disso, o evento é uma preparação para o Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

De acordo com o Sindjor, trata-se de um evento que aglutina a qualificação profissional, os debates éticos-políticos sobre o exercício deste importante segmento da profissão. Este é destinado a jornalistas profissionais; estudantes de jornalismo; professores de jornalismo; empresários da área; e representantes de entidades/organismos interessados na discussão do Jornalismo.

Durante os debates, profissionais da área em **Goiás** vão abordar a regulamentação e função do assessor, crise no jornalismo e reflexos na assessoria e mais. As inscrições podem ser feitas até esta sexta-feira (27).

Programação:

Dia 28/10/2023 (sábado)

8h30 - Abertura - Mesa: Regulamentação da profissão e a função de assessor de imprensa.

- Maria José Braga - membro do comitê diretor da FIJ - Federação Internacional dos Jornalistas e ex-presidente da FENAJ

- Viviane Maia - coordenadora curso de jornalismo Faculdade UniAraguaia

- Laurenice Noleto - mediadora

10h00 - Crise do jornalismo e reflexos na assessoria de imprensa.

- Luiz Spada - O Popular

- Altair Tavares - Portal Diário de **Goiás**

- Francisco Costa - Portal Mais **Goiás** , mediador

12h30 - Intervalo para almoço (inscritos no evento terão direito ao almoço no local sem custo)

13h30 - As várias assessorias de imprensa: institucional, política, sindical, empresarial.

- Fabrícia Hamu - GrupoDois Consultoria

- Adriana Lima - Sebrae

- Heloísa Lima - **TCE**

- Denise Rasmussen - mediadora

15h00 - Plenária para discussão de teses e eleição de delegados ao ENJAI.

Site: https://www.maisgoias.com.br/cidades/sindicato-dos-jornalistas-de-goias-promove-encontro-de-assessores-de-imprensa/